



Para o dia 21 estão agendadas provas de Física e Química, História da Cultura e Artes e Geografia A

Sindicatos desvalorizam serviços mínimos em exames

Educação. Organizações dos professores culpam ministério pela data marcada para o protesto, que defendem não ser uma greve aos exames

PEDRO SOUSA TAVARES

As principais organizações sindicais de professores negam que o protesto agendado para dia 21 – data das provas externas de Física e Química, História da Cultura e das Artes e Geografia A – seja uma greve deliberada aos exames, responsabilizando o Ministério da Educação pela data escolhida. Quanto à hipótese de serem decretados serviços mínimos, confirmada à SIC ao início da noite pelo próprio primeiro-ministro, caso não haja entendimento entre as partes, mantêm-se as dúvidas de que esses sejam aplicáveis. Mas também garantem que, caso isso suceda, o protesto não perde força.

Tanto os responsáveis da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) como da Federação Nacional de Educação (FNE) defenderam ao DN que o protesto só foi agendado para um período de exames porque o ministro Tiago Brandão Rodrigues não aceitou reunir-se com os sindicatos no mês passado, marcando a primeira reunião para a passada terça-feira.

“Esta greve foi marcada para este dia porque o Ministério da Educação assim o quis”, disse Lucinda Manuela Dâmaso da FNE. “Pedimos a reunião há muito tempo mas o ministério não quis falar conosco antes.”

A Fenprof já tinha definido a data de 21 de junho na reunião do seu Secretariado Nacional, no início do mês, mas Mário Nogueira defendeu também que essa data foi condicionada pela reunião que o ministro tinha entretanto marcada para dia 6.

“Tomámos a decisão no dia 1 mas não nos pareceu que fosse correto entregar um pré-aviso de greve antes de nos sentarmos à mesa com o ministro”, disse Nogueira, lembrando que os pré-avisos têm de ser entregues dez dias úteis antes das greves e que há um feriado (dia 15) a interferir com o prazo: “O dia 21 era o primeiro dia possível. Se não houvesse um feriado no dia 15 até podíamos ter feito a greve noutra data.”

Lucinda Manuela Dâmaso admitiu que a marcação para um dia

Professores poderão fazer protesto simbólico se forem chamados a fazer vigilância de exames nacionais no dia da greve

de exames “tem muito mais impacto”, desde logo porque o assunto “é muito mais falado do que se fosse noutra data”. No entanto, rejeitou a ideia de que os serviços mínimos possam esvaziar o protesto: “Nesse dia não há só exames a nível nacional, há outras atividades dentro da escola. Esperamos que os professores, que estão tão descontentes, consigam dar um sinal desse descontentamento”, disse. “Como é óbvio, se os serviços mínimos forem decretados, serão cumpridos.”

João Dias da Silva, da mesma organização sindical, disse ter dúvidas de que os serviços mínimos sejam aplicáveis. E Mário Nogueira subscreveu essa opinião, defendendo que, por não estarem em causa exames do 12.º ano, com efeitos na conclusão e nas candidaturas ao ensino superior já este ano, “as provas poderão não ser consideradas necessidades impreteríveis por um tribunal arbitral”. No entanto, garantiu também que, caso estes sejam decretados, os professores escolhidos para a vigilância das provas continuarão em protesto. Em entrevista à SIC, o primeiro-ministro anunciou que o governo acionará os serviços mínimos caso a greve avance, embora “mantenha a esperança de que haja acordo”.

OPINIÃO

A luta dos professores



MÁRIO NOGUEIRA
SECRETÁRIO-GERAL
DA FENPROF

A greve dos professores convocada para 21 deste mês segue-se a um conjunto de outras iniciativas, as últimas das quais um cordão humano que ligou o ME a São Bento e uma concentração para entrega de milhares de postais de docentes reclamando medidas contra o desgaste que hoje afeta a profissão. Esta greve acontece após 8 meses de tentativas vãs junto do governo para que solucionasse problemas que afetam negativamente o desempenho dos professores. Até agora, os governantes não demonstraram disponibilidade para negociar soluções.

Falamos de problemas que, direta ou indiretamente, afetam os alunos, tais como:

– Horários de trabalho que deverão ser reorganizados, sob pena de os professores, com a sobrecarga burocrática e um conjunto de outras tarefas a que estão obrigados, não poderem dar o seu melhor no que é essencial: o trabalho com os alunos. Os professores estão a trabalhar, em média, mais de 46 horas semanais, chegando muitas vezes à sala de aula já com várias horas de atividade burocrática e, por vezes, um conjunto de reuniões que, na véspera, se arrastaram até tarde.

– Desgaste dos profissionais decorrente do que antes se refere, mas também do envelhecimento da profissão, problema contra o qual nada tem sido feito, apesar de se reconhecerem os efeitos negativos na atividade docente. A Fenprof propõe um regime especial de aposentação para profissionais que estão obrigados a trabalhar, muitos, acima de 45 anos, sob pena de sofrerem penalizações fortíssimas. Ora, ninguém contesta que a escola precisa, urgentemente, de uma forte renovação geracional.

– Precariedade, que afeta

mais de 20% dos professores, bem acima da média nacional. O processo de vinculação extraordinária que decorre, deixa de fora mais de 80% dos que têm vínculos precários, alguns há mais de 10 ou 20 anos. Obviamente que essa instabilidade se reflete no desempenho profissional dos docentes, em particular em momentos que são mais exigentes, como o final de cada ano letivo, período em que o professor está a terminar o contrato, desconhecendo o que lhe reserva o futuro próximo.

– Desvalorização material da profissão, nomeadamente devido ao congelamento das carreiras nos últimos 7 anos, sem progressões, sem atualizações, com cortes, com uma elevada carga fiscal e sem valorização e reconhecimento da atividade docente. Uma profissão que não é valorizada, não é atrativa, logo, deixa de chamar a si os melhores profissionais.

Portanto, contrariamente ao que se tem ouvido, o que, verdadeiramente, prejudica os alunos não é a realização de um dia de greve pelos professores mas sim a não resolução dos problemas que levaram os professores a convocar esta greve. O facto de a greve coincidir com alguns exames de 11.º ano não foi a razão da sua convocação. O dia 21 foi aquele em que, havendo reunião com o ministro em 6 de junho, a greve poderia ser marcada, atendendo aos prazos legais que vigoram. Como se compreende, seria incorreto convocar a greve em data anterior à realização da reunião, desconhecendo o que dela resultaria.

Porém, como a Fenprof tem afirmado, a greve só se consumará se, até 21, o governo não der resposta aos problemas, admitindo que alguns terão ainda de passar por processos negociais a desenvolver posteriormente. Afirmou o ministro, ontem, em entrevista, que tudo fará para que o dia 21 seja um dia de trabalho normal nas escolas. Senhor ministro, a Fenprof está disponível para trabalhar nesse sentido. E para lutar também.